



GESTÃO SOCIOAMBIENTAL NAS ESCOLAS PÚBLICAS



A3P
AGENDA AMBIENTAL NA
ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

2017

Presidente da República

Michel Temer

Ministro de Estado do Meio Ambiente

Sarney Filho

Secretário Executivo

Marcelo Cruz

**Secretário de Articulação
Institucional e Cidadania
Ambiental**

Edson Duarte

Ministério do Meio Ambiente

Secretaria de Articulação Institucional e Cidadania Ambiental (SAIC)

Departamento de Desenvolvimento, Produção e Consumo Sustentáveis (DPCS)

**GESTÃO
SOCIOAMBIENTAL
NAS ESCOLAS
PÚBLICAS**



A3P

Ficha Técnica

Diretora do Departamento de Desenvolvimento, Produção e Consumo Sustentáveis

Raquel Breda

Gerente do Programa A3P

Dioclécio Luz

Autores

Elias Nunes

Dioclécio Luz

Diagramação e arte

João Pedro Coppola Romancini

Equipe Técnica

Dioclécio Luz

Elias Nunes

Fernanda Espíndola

Isabela Pereira

João Pedro Coppola Romancini

Luiz Augusto Vitali

Paulo Raiz

Ucilene Carvalho

Valmir Conceição Rodrigues

Dados Internacionais para Catalogação na Publicação - CIP

B823g Brasil. Ministério do Meio Ambiente.

Gestão socioambiental nas escolas públicas : A3P / Ministério do Meio Ambiente. Secretaria de Articulação Institucional e Cidadania Ambiental. Departamento de Produção e Consumo Sustentáveis. -- Brasília, DF : MMA, 2017.

34 p. (algumas color.)

ISBN: 978-85-7738-288-0

1.Escola sustentável. 2.Diagnóstico socioambiental da escola.3.Implantando a gestão socioambiental. 4.Indicadores de sustentabilidade. 5.Selo de sustentabilidade. I.Secretaria de Articulação Institucional e Cidadania Ambiental. II.Departamento de Produção e Consumo Sustentáveis. III.Título.

CDU: 502.1:35:37

Ministério do Meio Ambiente
Biblioteca

A3P



Sumário

A GESTÃO SOCIOAMBIENTAL.....	6
A3P NA ESCOLA.....	8
ESCOLAS SUSTENTÁVEIS.....	9
MANDALA DA ESCOLA SUSTENTÁVEL.....	10
HISTÓRIA DA A3P.....	11
PORQUE IMPLANTAR A A3P NAS ESCOLAS.....	12
RESPONSABILIDADE COMPARTILHADA E LOGÍSTICA REVERSA	13
EIXOS TEMÁTICOS.....	14
1) Uso racional dos recursos naturais e bens públicos.....	14
2) Gestão de resíduos sólidos gerados.....	14
3) Qualidade de vida no ambiente de trabalho e estudo.....	15
4) Sensibilização e capacitação dos servidores e professores.....	15
5) Contratações públicas sustentáveis.....	15
6) Construções, reformas e ampliações sustentáveis.....	16
IMPLANTANDO A GESTÃO SOCIOAMBIENTAL.....	16
1º Passo: Criar a comissão gestora A3P.....	17
2º Passo: Realizar o diagnóstico da escola.....	18
3º Passo: Elaborar o plano de gestão socioambiental.....	20
4º Passo: Promover a mobilização e sensibilização.....	22
5º Passo: Realizar a avaliação e o monitoramento das ações.....	22
SELO DE SUSTENTABILIDADE.....	24
BIBLIOGRAFIA.....	25
LEGISLAÇÃO.....	27
ANEXOS.....	28
OBJETIVOS DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL.....	35

A implantação do Programa Agenda Ambiental na Administração Pública (A3P) é uma oportunidade das escolas públicas se transformarem, modernizando sua administração. Ao implantar e implementar a A3P a escola de educação infantil, ensino fundamental, ensino médio ou ensino médio técnico, mostra para a comunidade escolar e para a sociedade como um todo, que a adoção das diretrizes socioambientais promovem a economia de recursos, a redução dos impactos sobre o meio ambiente e melhor qualidade de vida para todos.

Este Manual foi elaborado especialmente para os gestores de escolas públicas. Aqui se demonstra que, sob todos os pontos de vista, a adoção da A3P representa um ganho de qualidade para a escola e para todos os atores envolvidos com ela. De certa forma, o conteúdo da A3P não é novidade para alunos, professores e comunidade escolar. Direta ou indiretamente, a maior parte do que a A3P preconiza, e estabelece como diretriz, já faz parte do que se leciona nas salas de aula, já é preocupação de muitos dirigentes escolares. A diferença é que a A3P sistematiza essas diretrizes e aponta caminhos para a sua implantação.

A A3P revela que algumas atitudes, algumas práticas simples, podem resultar em grandes mudanças socioambientais. Por exemplo, a escola pode substituir o consumo de determinados bens e produtos que geram grande impacto ambiental por outro de menor impacto. Ou reduzir o consumo desses produtos. A escola pode adotar procedimentos que reduzam o consumo de água e ainda reutilizar a água da chuva, ou das pias e chuveiros. A energia elétrica pode ser usada de forma mais eficiente. A A3P orienta sobre como promover uma gestão adequada dos resíduos gerados pela escola. O prédio escolar pode ser modificado para que aproveite melhor a luz solar e a circulação de ar. Mudanças deste tipo geram conforto e melhor qualidade de vida para quem transita no espaço.

Enquanto política pública coordenada pelo Ministério do Meio Ambiente, é importante observar que a Agenda Ambiental na Administração Pública já foi devidamente testada e aprovada. A A3P foi implantada em mais de 300 órgãos públicos das três instâncias federal, estadual e municipal, e nos mais diversos setores aí incluindo bancos, instituições judiciárias, militares e universidades. O Programa A3P é o principal programa de inclusão da sustentabilidade nas atividades administrativas de órgãos públicos de todo país. Os dirigentes perceberam que a A3P estabelece uma nova maneira de administrar. O programa adiciona aos procedimentos tradicionais da administração pública os elementos socioambientais exatamente, aqueles que são exigidos pela modernidade e por quem, busca a economia, a eficiência e a sustentabilidade.

Este manual orienta e incentiva as secretarias de educação, os

gestores e gestoras de escolas públicas do país, a adotarem uma gestão escolar adequada, voltada para a qualidade ambiental e o desenvolvimento sustentável com a preservação dos recursos naturais.

Na verdade, a questão socioambiental é uma preocupação de ordem mundial. Ela foi devidamente absorvida pelas Conferências das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável, a partir da década de 1970. Depois a ONU criou comissão executiva para estudar as mudanças climáticas (IPCC, na sigla inglesa), cujo relatório final foi apresentado em novembro de 2014. O documento do IPCC deixa claro que as mudanças climáticas, associadas ao aquecimento global, decorrem de ações humanas e que cabe à população mundial rever os atuais modelos de produção e consumo, bem como adotar procedimentos que representem menos impactos ao planeta.

O Programa A3P tem relação direta com os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS), a agenda mundial adotada durante a Cúpula das Nações Unidas sobre o Desenvolvimento Sustentável que ocorreu em setembro de 2015. Finalmente, cumpre observar que o Brasil participou ativamente da 21ª Conferência das Partes (COP21) da UNFCCC, em Paris, quando foi adotado um novo acordo com o objetivo central de fortalecer a resposta global à ameaça da mudança do clima e de reforçar a capacidade dos países para lidar com os impactos decorrentes dessas mudanças. O Acordo de Paris foi aprovado pelos 195 países Parte da UNFCCC para reduzir emissões de gases de efeito estufa (GEE) no contexto do desenvolvimento sustentável.

As diretrizes socioambientais preconizadas pela A3P estão diretamente relacionadas com essa preocupação de todos por um planeta melhor. Neste momento, é fundamental que cada um – ente público, cidadão e cidadã – faça a sua parte.

Dentro desse processo, a responsabilidade da escola é muito especial. Afinal, tudo que ela fizer ou deixar de fazer é pedagógico. Sob ela estão os olhares de alunos, professores e comunidade, observando, aprendendo. O que se fizer na escola, pelo simbolismo que ela representa, provoca efeitos que transcendem os aspectos econômicos e ambientais. O olhar da comunidade será outro quando perceber que a escola está implementando medidas socioambientais com a A3P. Será, principalmente, um olhar de reconhecimento de que a gestão escolar está preocupada com os alunos e com a vida na comunidade e no planeta.

Constituição Federal, Art. 205^o

“A educação, direito de todos e o dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho”

¹ Os ODS estão listados nos anexos deste manual.

O A3P NA ESCOLA

O Programa Agenda Ambiental na Administração Pública, conhecido pela sigla A3P, é uma metodologia de planejamento que auxilia as instituições públicas a trabalharem a gestão socioambiental. O Programa se constitui, basicamente, num conjunto de diretrizes socioambientais que, voluntariamente, podem ser acatadas pelo órgão público.

O Programa A3P tem como objetivo geral aumentar a eficiência da gestão pública, e incorporar critérios de sustentabilidade na administração pública federal, distrital, estadual e municipal. Ele foi criado para ser aplicado na administração pública, na busca da economia e eficiência de gastos para o bem-estar público, mas também tem sido usado como modelo de gestão ambiental para empresas privadas.

São objetivos específicos do Programa:

- **Promover a economia de recursos naturais e a redução de gastos do erário público;**
- **Reduzir o impacto socioambiental negativo decorrente das atividades públicas;**
- **Promover a produção e o consumo de produtos e bens sustentáveis;**
- **Contribuir para a melhoria da qualidade de vida dos servidores e professores com práticas esportivas, música, canto, dança, artesanato e outras atividades;**
- **Sensibilizar e capacitar os servidores públicos para as questões socioambientais.**

Por ser uma instituição pública, a escola pode perfeitamente implementar a A3P. A gestão administrativa da escola pública já lida com um conjunto de fatores que dizem respeito ao Programa A3P. Por exemplo, a gestão de pessoas; licitação e compras de bens duráveis e de material de consumo; manutenção do prédio e dos espaços físicos; gestão de resíduos sólidos. É possível uma gestão que adeque todos esses elementos às diretrizes da A3P com enormes ganhos para a escola.

Entre os ganhos com a implementação da A3P conta a implantação de um fluxo organizado dos resíduos, incluindo a coleta seletiva, reutilização e reciclagem, destinação correta; uma melhor eficiência energética dos aparelhos eletroeletrônicos, o que significa redução no consumo de energia elétrica; conforto térmico nas dependências

da escola para um melhor desempenho de todos os envolvidos; uso de equipamentos hidráulicos que reduzem o consumo da água; obras de arquitetura e engenharia que utilizem produtos com padrões de sustentabilidade, onde se aproveita elementos como luminosidade, ventilação natural, sombreamento, entre outras, alternativas.

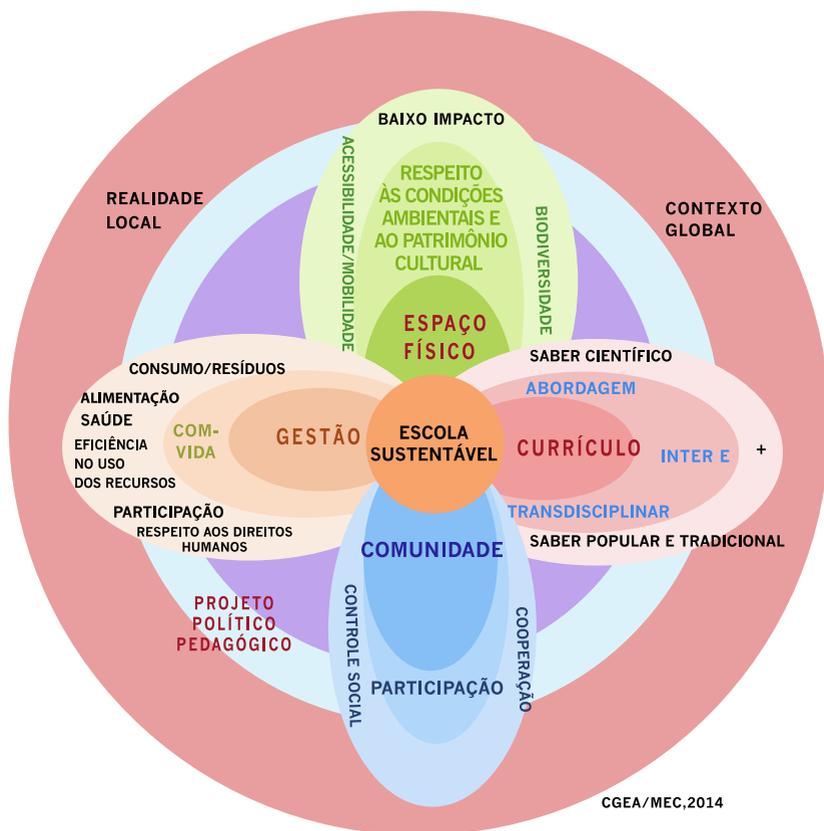
ESCOLAS SUSTENTÁVEIS

O Ministério do Meio Ambiente entende que as escolas públicas têm um papel fundamental na difusão de práticas socioambientais. Na verdade, essas práticas preconizadas pelo MMA através do Departamento de Educação Ambiental e da A3P, não diferem muito do que é ensinado em sala de aula. De um modo ou de outro, todas as escolas públicas de educação infantil, ensino fundamental, médio e médio técnico, têm a educação ambiental no currículo escolar. Assim, naturalmente, as diretrizes da A3P, mesmo que recebam outras denominações, já são conhecidas de gestores, professores e alunos.

Na verdade, a incorporação de princípios socioambientais pela escola é o objetivo principal de uma ação do Ministério da Educação (MEC), o Programa Nacional Escolas Sustentáveis (PNES). Ele se propõe incentivar as escolas brasileiras a realizarem sua transição para a sustentabilidade socioambiental, considerando que esta transição é premissa fundamental para a melhoria da qualidade da educação pública. O programa define Espaços educadores sustentáveis como aqueles que, “em seu fazer pedagógico, criam condições para promover a cultura da sustentabilidade socioambiental”. E diz que “as instituições educacionais devem ser incubadoras e polos de irradiação de uma cultura fundada nos valores do diálogo, do cuidado, da solidariedade, da participação, do direito à diversidade e da sustentabilidade socioambiental”. A base disso tudo são os saberes e práticas produzidos pela educação ambiental nas últimas décadas.

O PNES conta com a parceria do Ministério do Meio Ambiente, em especial do seu Departamento de Educação Ambiental (DEA) e, claro, com o apoio e incentivo da A3P. O DEA tem por missão desenvolver a Política Nacional de Educação Ambiental, envolvendo diversos setores. O departamento atua, portanto, nas seguintes linhas: I, Capacitação de recursos humanos; II, Desenvolvimento de estudos, pesquisas e experimentações; III, Produção e divulgação de material educativo; IV, Acompanhamento e avaliação.

MANDALA DA ESCOLA SUSTENTÁVEL



Constituição Federal, Art. 37:

“A administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência”.

HISTÓRIA DA A3P

O Programa A3P surgiu em 1999 por iniciativa dos servidores do Ministério do Meio Ambiente (MMA), tendo sido oficializado através da Portaria nº 510/2002 do MMA. O programa foi reconhecido pela UNESCO devido à sua relevância e por conta dos resultados obtidos ao longo de sua trajetória, recebendo por isso o prêmio “O melhor dos exemplos” na categoria Meio Ambiente.

Em 2005 foi criada a “Rede A3P” um canal de comunicação coordenado pelo MMA, constituído por representantes do setor público e privado, que tenham ou não aderido à A3P. É dessa época a criação do Termo de Adesão à A3P, instrumento que oficializa a parceria entre o MMA e o órgão público.

O Prêmio A3P, que teve sua sexta edição em 2016, foi instituído em 2008, através da Portaria nº 246/08 do MMA. Concedido a cada dois anos, ele tem como objetivo reconhecer o mérito das iniciativas das instituições públicas, no desenvolvimento de práticas originais e criativas de sustentabilidade.

Inspirada na mesma filosofia da A3P, em 2010 foi promulgada a Lei nº 12.349/10, que trata das “contratações públicas sustentáveis” na administração pública. No mesmo ano o Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (MPOG), publicou a Instrução Normativa nº 01/2010, que estabelece critérios de sustentabilidade ambiental na aquisição de bens, contratação de serviços ou obras pela Administração Pública Federal direta, autarquias e fundações, além de estabelecer as regras para elaboração dos Planos de Gestão de Logística Sustentável (PLS).

Em 2011, o Conselho Nacional do Meio Ambiente (Conama) aprovou a Recomendação nº 12/2011 que trata da “adoção de práticas sustentáveis no âmbito da Administração Pública”. No ano seguinte foi assinado o Decreto nº 7.746/2012 que trata das Contratações Públicas Sustentáveis.

Embora seja uma agenda voluntária, a A3P tem sido utilizada em escala crescente por instituições públicas de todo país, tornando-se o principal referencial de sustentabilidade dentro do governo.

O Artigo 3º da Lei nº 8.666/1993 diz:

“A licitação destina-se a garantir a observância do princípio constitucional da isonomia, a seleção da proposta mais vantajosa para a administração e a promoção do desenvolvimento nacional sustentável, e será processada e julgada em estrita conformidade com os princípios básicos da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da igualdade, da publicidade, da probidade administrativa, da vinculação ao instrumento convocatório, do julgamento objetivo e dos que lhe são correlatos.”

PORQUE IMPLANTAR A A3P NAS ESCOLAS

Implantar a A3P significa promover a melhoria das atividades escolares, em todos os seus aspectos. Cuida-se das pessoas e dos bens, dos processos logísticos e do saber, do prédio e da comunidade escolar.

As mudanças necessárias para a gestão socioambiental, proposta pelo Programa A3P exigem investimentos em recursos humanos e financeiros. É preciso dinheiro, mas, principalmente, a participação de todos que trabalham ou estudam na escola. A A3P só existe de forma coletiva.

Quanto aos recursos financeiros, a idéia é fazer uso do que a escola já tem disponível, direcionando para ações sustentáveis. Os resultados compensam: redução de gastos desnecessários, redução de desperdícios, ganho em economia e qualidade.

Em geral, as diretrizes da A3P têm efeito sinérgico, ecológico e pedagógico. Sinérgico na medida em que aglutina forças e soma energias. Ecológico porque firma as relações entre os envolvidos. Por exemplo, o que a escola economiza em energia com a adoção da A3P, ela pode utilizar na reforma do telhado adotando um sistema de captação e reuso da água, o que, por sua vez, vai representar economia da água.

Esse efeito econômico positivo nas contas da escola que adota a A3P tem um efeito pedagógico que atinge toda comunidade. O simbolismo de uma escola que adota diretrizes socioambientais e, com isso, gera economia de recursos e efeitos positivos no meio ambiente, atrai o olhar da sociedade, abarcando não somente a comunidade escolar, mas todos do lugar. A escola é exemplo, sempre, e, como tal, sempre ensina algo. Quando a escola adota uma prática, uma atividade, um tipo de gestão, ela está ensinando, ela está dando exemplo - aprendem os alunos, aprendem os professores, aprende os gestores, aprende a sociedade.

O MMA dá seguimento à questão apoiando os interessados em implantar a A3P, muitas vezes aprofundando o que já é ensinado na escola. Este apoio é destinado às secretarias de educação, gestores escolares, professores e servidores.

RESPONSABILIDADE COMPARTILHADA E LOGÍSTICA REVERSA

É na escola que se ensina, é na escola que se aprende. Parte da formação educacional do futuro cidadão e cidadã do conhecimento do que consumir, e dos produtos existentes, se conhecem na escola. A Responsabilidade Compartilhada compreende o ciclo de vida de um produto, e envolve o entendimento e comprometimento de toda a sociedade. Foi através da Política Nacional de Resíduos Sólidos (PNRS) que o governo federal oficializou a Responsabilidade Compartilhada, onde fabricantes, distribuidores, importadores, comerciantes, consumidores e a sociedade são responsáveis pelos produtos desde a produção até o descarte, cujos objetivos são:

- **Redução da geração de resíduos sólidos;**
- **Redução do desperdício de materiais;**
- **Redução da poluição;**
- **Redução dos danos ambientais;**
- **Estímulo ao desenvolvimento de mercado, produção e consumo de produtos de materiais reciclados e recicláveis.**

Os fabricantes, distribuidores, importadores e comerciantes terão o desafio de implementar a logística reversa. Já as três esferas dos governos e consumidores, espera-se deles uma atitude pró-ativa e o efetivo engajamento no processo da coleta seletiva.

A Logística Reversa é um instrumento de desenvolvimento econômico e social que permite a coleta do que foi consumido e sua restituição ao setor empresarial, para reaproveitamento no mesmo ciclo produtivo ou em outros ciclos. Trata-se do caminho de volta que o produto percorre, após ser vendido e consumido.

A Política Nacional de Resíduos Sólidos, Lei nº 12.305/2010 no artigo 33º definiu os seguintes sistemas de logística reversa obrigatórios:

- **Pneus: Resolução CONAMA N° 416/2009;**
- **Pilhas e baterias: Resolução CONAMA N° 401/2008;**
- **Óleos lubrificantes, seus resíduos e embalagens;**
- **Lâmpadas fluorescentes, vapor de sódio e mercúrio, e luz mista: Portarias MME nº 1.007 e 1.008/2010;**
- **Produtos eletroeletrônicos e seus componentes;**
- **Embalagens de agrotóxicos como: plástico, metal e vidro; Lei nº 9.974/2000; Decreto nº 4.074/2002.**

A Responsabilidade Compartilhada e a Logística Reversa da PNRS, vem se destacando como uma das mais importantes do MMA. A Lei nº 12.305/2010 visa melhorar a gestão dos resíduos sólidos com base na divisão de responsabilidades entre o poder público, a iniciativa privada e a sociedade. É atribuição do estado, a responsabilidade de implantar sistemas de coleta seletiva domiciliar nas cidades; a compostagem de resíduos orgânicos; o incentivo às associações e cooperativas de catadores de materiais recicláveis; e articular com os agentes sociais e econômicos, a viabilização para a utilização na agricultura do composto orgânico produzido. Este programa pode ser desenvolvido com as escolas públicas, através de convênio realizado entre o Ministério do Meio Ambiente e as Prefeituras Municipais.

EIXOS TEMÁTICOS

A Agenda A3P está focada em seis eixos temáticos, ou linhas de atuação. Esses eixos temáticos sofrem adaptações conforme o setor, adequando-se as suas condições. Por isso, o leitor não deve estranhar quando encontrar em outras publicações da A3P diferentes classificações para os eixos temáticos.

No caso das escolas públicas, eis os seis eixos de ação a A3P:

1) Uso racional dos recursos naturais e bens públicos

Usar racionalmente os recursos naturais e bens públicos implica em usá-los de forma inteligente para que haja economia dos recursos financeiros e menos desperdício. Neste contexto, deve-se cuidar para que haja o uso racional de energia, água, madeira; do papel, copos, materiais de expediente, entre outros. Usar o necessário, usar bem, não desperdiçar, são alguns princípios a serem seguidos quando se trata de recursos naturais e bens públicos.

2) Gestão de resíduos sólidos gerados

A gestão adequada dos resíduos, passa pela adoção da política dos 5R's: Repensar, Reduzir, Reutilizar, Reciclar e Recusar. A gestão dos resíduos começa na compra: "a escola precisa disso? Qual a quantidade? Qual o melhor produto? Qual o produto que traz menos impactos ambientais?" Na realidade o artigo 9º da Lei nº 12.305/2010

já diz que: *“Na gestão e gerenciamento de resíduos sólidos, deve ser observada a seguinte ordem de prioridade: não geração, redução, reutilização, reciclagem, tratamento dos resíduos sólidos e disposição final ambientalmente adequada dos rejeitos”*.

A gestão de resíduos só é eficiente se no processo tiver uma destinação correta, devendo ser também uma preocupação educacional da escola. É o que preconiza o item X do artigo 3º da mesma Lei, quando diz que: *“O gerenciamento de resíduos sólidos é um conjunto de ações exercidas direta ou indiretamente nas etapas de coleta, transporte, transbordo, tratamento e destinação final ambientalmente adequada dos resíduos sólidos e disposição final ambientalmente adequada dos rejeitos, de acordo com o Plano Gerenciamento de Resíduos Sólidos, exigidos na forma desta Lei”*.

3) Qualidade de vida no ambiente de trabalho e estudo

O prédio não faz a escola. Quem faz a escola são as pessoas: alunos, professores, dirigentes, servidores, famílias e comunidade escolar. A A3P tampouco se implanta sozinha – ela é feita pelas pessoas. É preciso criar meios para que todas as pessoas que circulam no ambiente se sintam bem ali. A escola deve atuar para que o ambiente seja o mais agradável possível. A felicidade, o bem-estar, a alegria de quem circula no ambiente é o grande incentivador da A3P. Neste sentido, pode-se instalar equipamentos que contribuem para a melhor qualidade de vida, como estacionamento para bicicletas, e espaços como áreas de lazer e cultura.

4) Sensibilização e capacitação dos servidores e professores

A sensibilização busca criar e consolidar nos servidores a consciência cidadã da responsabilidade socioambiental. A capacitação contribui para o desenvolvimento de competências institucionais e individuais quanto a importância de uma agenda socioambiental como é a A3P. Ela objetiva revelar a urgência e necessidade de adoção de práticas que promovam a preservação ambiental e o respeito à vida, a partir da escola.

5) Contratações públicas sustentáveis

A administração pública deve promover a responsabilidade socioambiental nas suas compras. Contratações sustentáveis para a aquisição de produtos e serviços são importantes para a conservação do meio ambiente, mas também porque apresentam uma melhor

relação custo/benefício a médio e longo prazo, quando comparadas às que se valem do critério de menor preço. Cuidado com o “menor preço”, essa condicionante pode representar mais resíduos, mais problemas, mais impactos ambientais. É preciso pensar no hoje e no amanhã, nas pessoas, na comunidade, e não somente na economia financeira.

6) Construções, reformas e ampliações sustentáveis

Os edifícios públicos devem observar diretrizes socioambientais. As construções devem atentar para os materiais utilizados. A madeira, por exemplo, deve ser certificada; o telhado não deve ser de amianto por conta dos riscos à saúde e ao meio ambiente; as torneiras devem ter corte automático de vazão; a estrutura predial deve conciliar baixo custo com um projeto inteligente de uso da luz natural, dos ventos; um bom projeto de arborização pode significar o descarte dos aparelhos de ar-condicionado. A escola pode gerar energia a partir de fonte eólica, solar ou biomassa, entre outras; a água da chuva pode ser captada e usada nos jardins; a água da pia, bebedouro e chuveiro podem ser reutilizados.

“Gestão Socioambiental é um sistema, elaborado para a administração pública ou privada, com ênfase na sustentabilidade. Visa o uso de métodos e práticas de gestão que minimize o máximo de impacto ambiental das atividades econômicas nos recursos naturais, proporcionando uma melhor qualidade de vida socioambiental.”

IMPLANTANDO A GESTÃO SOCIOAMBIENTAL

A implantação do Programa A3P se dá com a assinatura do Termo de Adesão, o documento oficial de parceria do MMA com a escola. Para obter o Termo de Adesão e assim implantar a A3P na escola, a formalização deverá ocorrer em dois processos: um interno na escola, conforme o cumprimento dos passos que serão mostrados a seguir, e o outro administrativo, que ocorrerá no MMA que antecederá a assinatura do Termo de Adesão, que é um instrumento de compromisso para implantação da A3P na escola pública, com a finalidade de integrar esforços para desenvolver projetos destinados a este fim.

A escola interessada em formalizar o Termo de Adesão deve

através de ofício, enviar pelo correio os seguintes documentos:

Da escola:

- **Cópia do comprovante de regularidade fiscal;**
- **Cópia do comprovante de endereço.**
- **Plano de trabalho impresso e em meio digital;**
- **Minuta do Termo de Adesão impresso e em meio digital.**

Do representante da escola:

- **Cópias autenticadas do RG e CPF;**
- **Cópia autenticada do ato de nomeação;**
- **Cópia de delegação de competência para assinatura de atos.**

1º Passo: Criar a comissão gestora A3P

A finalidade do Programa A3P é a realização da gestão socioambiental compartilhada, o que abrange toda comunidade escolar: diretores, professores, funcionários, coordenadores pedagógicos e conselho de pais. Para que o programa seja eficaz a comunidade escolar deve estar representada numa Comissão Gestora, eleita democraticamente, que tenha caráter deliberativo e fiscalizador.

A Comissão Gestora terá as seguintes atribuições:

- **Sensibilizar a comunidade escolar sobre a importância da implementação do programa;**
- **Fazer o diagnóstico do imóvel;**
- **Elaborar o planejamento das ações;**
- **Apoiar a implementação das ações;**
- **Realizar a avaliação e o monitoramento das ações.**

A Comissão Gestora tem que ser criada de forma oficial e pode aproveitar os arranjos já existentes. Por exemplo, as escolas que participaram das Conferências Nacionais Infante-Juvenis para o Meio Ambiente instalaram nas suas unidades uma nova forma de organização que conta com a participação de estudantes, professores, coordenadores, servidores administrativos e diretores, cuja organização cabe ao delegado (a) e seu suplente, eleitos durante a realização da Conferência Estadual ou Municipal de Meio Ambiente na Escola. Esta comissão é chamada de COM-VIDAS e seu papel é realizar ações voltadas à melhoria do meio ambiente e da qualidade de vida na escola, bem como, desenvolver e acompanhar a prática da educação

ambiental na escola.

Nas escolas onde a COM-VIDA está ativa, ela pode se converter na Comissão Gestora da A3P. Sua composição e suas atribuições são compatíveis com as propostas da A3P, não havendo necessidade de instalar outra instância de participação democrática. Nas escolas que ainda não têm, propõe-se que seja criada uma comissão nos mesmos moldes da COM-VIDA.

2º Passo: Realizar o diagnóstico da escola

Formada a Comissão Gestora é o momento de realizar o diagnóstico da situação socioambiental da escola. Esse diagnóstico é de fundamental importância, é a base para iniciar o processo de planejamento, é “uma fotografia” socioambiental da escola.

Uma boa forma de elaborar o diagnóstico é criar uma metodologia participativa. É preciso contar com todos, convidando servidores administrativos, coordenadores pedagógicos, alunos, professores, pais ou familiares dos alunos, para que participem e contribuam com sugestões.

A elaboração do diagnóstico deve estar associada aos eixos temáticos da A3P com um roteiro de observações, contendo vários indicadores, dependendo do que se quer monitorar. Nesse momento é importante entender alguns conceitos, como, por exemplo: O que é indicador? O que é monitoramento? O que é avaliação?

INDICADOR é um sinalizador das evidências observadas. O indicador corresponde a uma unidade que permite medir alguma coisa e dessa forma fazer comparações. Ele pode ser qualitativo ou quantitativo. O indicador quantitativo atua com uma métrica (kg, unidade, etc.). O indicador qualitativo não tem métricas exatas, eles são subjetivos e resultam da observação do pesquisador podendo gerar padrões de comportamento ou ações recorrentes.

MONITORAMENTO é o acompanhamento num período de determinado indicador para saber a tendência das ações observadas.

AValiação é a imagem de como determinada situação se encontra num determinado momento. Para avaliar se uma ação está caminhando bem, no presente, faz-se uma comparação dela no passado.

O quadro a seguir mostra uma associação entre os indicadores e cada eixo temático do Programa A3P. Ele auxilia na construção do diagnóstico.

OS EIXOS TEMÁTICOS DA A3P E OS INDICADORES DE SUSTENTABILIDADE

Eixos Temáticos	Indicadores de Sustentabilidade
Uso racional dos recursos naturais e bens públicos	<p>Consumo de:</p> <ul style="list-style-type: none"> Água e produção de esgoto; Energia elétrica; Papel de escritório; Copos e pratos descartáveis; Produtos de limpeza e conservação.
Gestão dos resíduos gerados	<p>Destinação de:</p> <ul style="list-style-type: none"> Resíduos recicláveis; Resíduos perigosos e não recicláveis; Móveis e eletroeletrônicos inservíveis; Orgânicos para aterro sanitário, lixão ou compostagem;
Qualidade de vida no ambiente de trabalho e estudo	<ul style="list-style-type: none"> Espaços de lazer, cultura, arte; Horta própria; Pomar próprio; Compra de alimentos da agricultura familiar; Compra de alimentos orgânicos; Relação com os pais e familiares dos alunos; Esporte, música, dança, canto, artesanato, lazer; Acessibilidade; Estacionamento para bicicletas; Equipamentos e ambiente para atividades físicas e descanso temporal dos servidores.
Contratações públicas sustentáveis	<p>Editais realizados com critérios de sustentabilidade.</p>
Sensibilização e capacitação dos servidores e professores	<ul style="list-style-type: none"> Cursos e eventos realizados sobre sustentabilidade; Produção de material educativo. Eventos artísticos, de esportes, cultura.

Construções, reformas e ampliações sustentáveis

Aquecimento solar de água;
Geração de energia solar por placas fotovoltaicas;
Geração de energia por fonte eólica;
Equipamentos para captação de água de chuva e reuso de água;
Acústica ambiente e conforto térmico;
Espaços verdes e de lazer;
Piso, revestimento e cobertura de telhado com material sustentável;
Saneamento básico com ligação na rede pública coletora de esgotos e tratamento;

Para fazer o diagnóstico a escola deve usar uma planilha que vai conter os indicadores socioambientais que se planeja avaliar.

Considerando que nem todas as escolas estão acostumadas com esse tipo de metodologia, este Manual traz em anexo uma planilha-modelo, com questões relacionadas aos seis eixos temáticos da A3P. A Comissão Gestora tem total liberdade para alterar a planilha adequando-a à sua realidade. O importante é que a nova planilha seja preenchida de modo a expressar a situação real da escola. Como foi observado, ela é fundamental para os próximos passos na implantação da A3P - a planilha vai orientar as ações da escola.

A planilha-modelo foi elaborada com questões que tratam do ambiente escolar. As respostas objetivam a construção do diagnóstico. São apresentados indicadores que irão auxiliar no processo de monitoramento e também na definição de ações de aperfeiçoamento. A escola cuidará de definir um mês de referência da coleta dos dados. Esse mês servirá de base para o monitoramento, sendo usado para comparar, no tempo, os efeitos da implantação de determinadas ações, instrumentos ou equipamentos. Por exemplo, quanto se economizou com água depois da instalação de torneiras de fechamento automático? Quanto se economizou com energia com a redução do uso do ar condicionado?

3º Passo: Elaborar o plano de gestão socioambiental

Com a planilha preenchida a escola já pode elaborar o Plano de Gestão Socioambiental da escola (PGS). Ele define todas ações que a escola vai realizar no aspecto socioambiental. O diagnóstico não necessariamente aponta as ações a serem realizadas, mas indica as

necessidades. A construção do PGS deve ser coletiva. Deve-se buscar a participação de todos da escola e da comunidade para definir quais serão as prioridades do Plano de Gestão.

É importante fazer a previsão dos recursos necessários. A COM-VIDA, ou Comissão Gestora, deve acompanhar os trabalhos e dar retorno à comunidade escolar sobre os avanços e as dificuldades encontradas. É uma atividade dinâmica e flexível e por isso deve ser monitorada e avaliada para saber se o plano está sendo executado corretamente. Todos devem saber do processo. A transparência é fundamental para o sucesso da A3P. E não poderia ser diferente. As ações definidas pelo PGS contemplam os interesses de todos e, quando implementadas, irão representar um extraordinário ganho para escola e seus beneficiários.

Evidentemente, nem toda comunidade é formada por pessoas que conhecem o meio ambiente e as formas de preservá-lo. É normal que no processo surjam pessoas com propostas descabidas, ultrapassadas, fora do contexto, ou baseadas em argumentos superficiais. Cabe a Comissão Gestora e aos demais envolvidos no processo ser tolerante com esses proponentes e encontrar meios políticos e afetivos de agregar essas pessoas sem que precise adotar soluções que colocam em risco o projeto. Igualmente, a Comissão gestora deve se preparar para, democraticamente, receber propostas de todos os envolvidos, e não somente dos especialistas. O fato de ser especialista não significa que vá acertar sempre; o especialista pode estar errado. Alunos, professores, gestores, servidores, comunidade, todos podem contribuir.

O PGS define mudanças. Por exemplo, ele pode definir se a escola deve aproveitar a água da chuva. Neste caso, vai precisar fazer mudanças no telhado, no sistema hidráulico, construir cisternas especiais. Também vai dizer se essa água captada da chuva será utilizada para regar a horta ou jardim, se vai para a descarga nas bacias sanitárias, ou para lavar as salas de aula.

O Plano de Gestão Socioambiental (PGS) é uma ferramenta de planejamento que permite à escola estabelecer as práticas de sustentabilidade e a adoção de métodos que irão racionalizar os gastos. O PGS deve conter os objetivos, os projetos, as atividades ou ações que serão implantadas; as metas a serem alcançadas, as medidas de monitoramento, e uma avaliação com os perfis dos indicadores selecionados.

O PGS vai auxiliar na aplicação dos recursos financeiros da escola, em especial no Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE) do FNDE/MEC. Ele também orienta quanto aos outros recursos, estaduais ou municipais, que podem ser utilizados na gestão socioambiental da escola.

4º Passo: Promover a mobilização e sensibilização

É preciso contar com as pessoas. Os eventos de sensibilização e capacitação são importantes porque as informações existem para explicar a importância dos procedimentos que estão sendo adotados. As dúvidas devem ser esclarecidas em todas as etapas do processo de implementação da A3P.

Os eventos podem ocorrer tanto na escola como em outro espaço físico da comunidade e devem abranger alunos, professores, servidores da administração. Pode-se promover curso de formação de professores e alunos sobre tema específico; evento como feira de ciências, gincana ecológica; exposição de fotografia, pinturas, desenhos; exposições artísticas com materiais reciclados. Os recursos para a promoção dos eventos podem ter origem na economia gerada com a gestão socioambiental. Os eventos devem ser freqüentes. É preciso, sempre, atualizar as informações e contar com novos parceiros e parcerias.

No que se refere à formação de alunos, professores e servidores, a escola pode fazer uso de um instrumento importante, disponibilizado pelo Ministério do Meio Ambiente – MMA, e a Secretaria de Articulação Institucional e Cidadania Ambiental – SAIC, através do Departamento de Educação Ambiental - DEA, que são os cursos de Educação Ambiental. Os cursos são disponibilizados na forma presencial ou por ensino à distância (EaD). O Ministério do Meio Ambiente tem oferecido cursos sobre o Programa A3P desde 2013 nas duas modalidades. No entanto, diversas entidades da sociedade civil oferecem cursos sobre esta temática que podem ser adaptados para as escolas. Em alguns casos o MMA tem realizado parcerias com instituições públicas para oferecer cursos de interesses do órgão, como, por exemplo, sustentabilidade na administração pública, gestão de resíduos, eficiência energética, licitações e compras sustentáveis, entre outros.

5º Passo: Realizar a avaliação e o monitoramento das ações

O correto monitoramento e uma boa avaliação, vai mostrar como está o programa socioambiental implantado. Vai dizer se determinadas atividades implementadas tiveram êxito e se é preciso fazer ajustes para melhorar seus resultados.

Como monitorar?

Com o objetivo de facilitar a vida do órgão público o Ministério do Meio Ambiente disponibiliza um Sistema de Monitoramento de Responsabilidade Socioambiental denominado de “Ressoa”. Naturalmente, as escolas públicas que aderirem ao Programa A3P, depois que assinam o Termo de Adesão, poderão utilizar o Ressoa. Ele

vai auxiliar no processo de monitoramento e avaliação na gestão e no ambiente escolar. O Ressoa é uma ferramenta de gestão, um sistema de compilação de dados. Ele permite acompanhar metas, consolidar informações e fomentar o uso sustentável dos recursos naturais nas escolas e nas instituições públicas parceiras do MMA.

O Ressoa é uma plataforma online – via internet a escola preenche e encaminha seus dados para o MMA na forma de relatório anual. O MMA acompanha a implantação da A3P nas instituições, seus resultados, seus avanços, através do Ressoa.

Dúvidas quanto à implantação da A3P?

O Programa A3P disponibiliza uma equipe de técnicos para tirar as dúvidas de todos os interessados. As questões podem ser apresentadas por telefone ou e-mail. E o interessado ainda pode obter mais informações na homepage da A3P. Eis os contatos:

Fone: 61- 2028 1500

E-mail: a3p@mma.gov.br

Home: <http://www.mma.gov.br/responsabilidade-socioambiental/a3p>



A3P

AGENDA AMBIENTAL NA
ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

BIBLIOGRAFIA

BIDERMAN, Rachel; MACEDO, Laura Silvia Valente de; MONZONI, Mario; MAZON, Rubens. (Organizadores). - **Guia de Compras Públicas Sustentáveis: Uso do Poder de Compra do Governo para a promoção do Desenvolvimento Sustentável.** (caderno técnico). Disponível em: http://www.mma.gov.br/estruturas/a3p/_arquivos/guia_compras_sustentaveis.pdf Acesso em: 10.10.2016

BRASIL/Contratações Públicas Sustentáveis/Ministério do Planejamento. – **PLS e Ações Sustentáveis.** (artigo). Disponível em: <http://cpsustentaveis.planejamento.gov.br/pls-e-acoes-sustentaveis?categorias=351> Acesso em: 18.10.2016

BRASIL/FNDE/Ministério da Educação. – **Programa Dinheiro Direto na Escola: Resolução CD/FNDE nº 10 de 18 de abril de 2013.** Disponível em: <http://www.fnde.gov.br/programas/dinheiro-direto-escola/pdde-perguntas-frequentes> Acesso em: 10.10.2016

BRASIL/FUNASA/Ministério da Saúde. - **Orientações Metodológicas para Programa de Educação Ambiental em Saneamento para Pequenos Municípios.** (livro técnico). Brasília. 2014. Disponível em: http://www.funasa.gov.br/site/wp-content/files_mf/orient_ed_sa_caderno1.pdf Acesso em: 10.10.2016

BRASIL/Ministério das Cidades/Secretaria Nacional de Saneamento Ambiental/Programa de Educação Ambiental e Mobilização Social em Saneamento. **Caderno Metodológico para Ações de Educação Ambiental e Mobilização Social em Saneamento.** (livro) – Brasília – DF. 2009. Disponível em: http://www.mma.gov.br/estruturas/educamb/_publicacao/20_publicacao06062011041901.pdf Acesso em: 10.10.2016

BRASIL/Ministério das Cidades/Secretaria Nacional de Saneamento Ambiental/Programa de Educação Ambiental e Mobilização Social em Saneamento. **Educação Ambiental e Mobilização Social em Saneamento.** (livro). Brasília. 2009. Disponível em: http://www.cidades.gov.br/images/stories/ArquivosSNSA/Arquivos_PDF/CartilhaEducacaoAmbientaleMobilizacao_Social.pdf Acesso em: 18.10.2016

BRASIL/Ministério do Desenvolvimento Agrário. – **Programa de Aquisição de Alimentos da Agricultura Familiar.** (livreto). Disponível em: http://www.mda.gov.br/sitemda/sites/sitemda/files/user_arquivos_64/

CARTILHA_PAA_FINAL.pdf Acesso em: 18.10.2016

BRASIL/Ministério da Educação. – **Vamos Cuidar do Brasil com Escolas Sustentáveis.** (livro). Brasília. 2012. Disponível em: http://promea-rio.com.br/docs/26.Livreto_Escola_Sustentavel_isbn_final.pdf Acesso em: 18.10.2016

BRASIL/Ministério da Educação. - **Manual de Escolas Sustentáveis: Resolução CD/FNDE nº 18, de 21 de maio de 2013.** (artigo técnico). Disponível em: http://pdeinterativo.mec.gov.br/escolasustentavel/manuais/Manual_Escolas_Sustentaveis_v%2005.07.2013.pdf Acesso em: 10.10.2016

BRASIL/Ministério do Meio Ambiente. – **Acordo de Paris.** (artigo). Disponível em: <http://www.mma.gov.br/clima/convencao-das-nacoes-unidas/acordo-de-paris> Acesso em: 10.10.2016

BRASIL/Ministério do Meio Ambiente. – **Gestão de Resíduos Orgânicos.** (artigo). Disponível em: <http://www.mma.gov.br/cidades-sustentaveis/residuos-solidos/gest%C3%A3o-de-res%C3%ADduos-org%C3%A2nicos> Acesso em: 10.10.2016

BRASIL/Ministério do Meio Ambiente. – **Plano de Gestão de Logística Sustentável.** (artigo). Disponível em: <http://www.mma.gov.br/destaques/item/8975-planos-de-gest%C3%A3o-de-log%C3%ADstica-sustent%C3%A1vel> Acesso em: 18.10.2016

BRASIL/Ministério do Meio Ambiente. – **Plano Nacional de Saneamento Básico – PLANSAB** – (livro técnico). Disponível em: http://www.mma.gov.br/port/conama/processos/AECBF8E2/Plansab_Versao_Conselhos_Nacionais_020520131.pdf Acesso em: 18.10.2016

BRASIL/SINIR/Ministério do Meio Ambiente. – **Plano Nacional de Resíduos Sólidos.** (artigo). Disponível em: <http://www.sinir.gov.br/web/guest/plano-nacional-de-residuos-solidos> Acesso em: 18.10.2016

BRASIL/Ministério do Meio Ambiente. - **Programa Nacional de Educação Ambiental – PRONEA.** (livro). 3ª edição. Brasília. 2005. Disponível em: http://www.mma.gov.br/estruturas/educamb/_arquivos/pronea3.pdf Acesso em: 10.10.2016

BRASIL/Ministério das Relações Exteriores. – **Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS).** (artigo). Disponível em: <http://>

www.itamaraty.gov.br/pt-BR/politica-externa/desenvolvimento-sustentavel-e-meio-ambiente/134-objetivos-de-desenvolvimento-sustentavel-ods Acesso em: 10.10.2016

BRASIL/ONU/Rio + 20. – **Conferência das Nações Unidas Sobre Desenvolvimento Sustentável.** (artigo). Disponível em: <http://www.onu.org.br/rio20/tema/desenvolvimento-sustentavel/> Acesso em: 10.10.2016

BRASIL/Programa Cidades Sustentáveis. **Guia GPS – Gestão Pública Sustentável.** (livro). Disponível em: <http://www.cidadessustentaveis.org.br/arquivos/gest%C3%A3o-p%C3%BAblica-sustent%C3%A1vel.pdf> Acesso em: 10.10.2016

HOLLNAGEL, Heloisa Candia; MORAES, Francisca C. Candeias de. – **A Importância dos Cursos relacionados à Sustentabilidade na consolidação da Agenda Ambiental Brasileira na Administração Pública (A3P).** (artigo). VI Congresso de Gestão Pública. Brasília. 2013. Disponível em: http://repositorio.fjp.mg.gov.br/consad/bitstream/123456789/828/1/C6_TP_A%20IMPORT%C3%82NCIA%20DOS%20CURSOS.pdf Acesso em: 18.10.2016

TRAJBER, Rachel; SATO, Michele. – **Escolas Sustentáveis: Incubadoras de Transformações nas Comunidades.** (artigo). Revista Eletrônica do Mestrado em Educação Ambiental. Universidade Federal do Rio Grande. Rio Grande – RS. 2010. Disponível em: <https://www.seer.furg.br/remea/article/view/3396/2054> Acesso em: 18.10.2016

VIEIRA, Cristiano Martins; VOLZ, Mariane Rodrigues. – **Licitações Públicas: a inserção dos critérios de Sustentabilidade e os reflexos na Administração Pública Federal.** (artigo). 2º Fórum Ecolnovar. Santa Maria – RS. 2013. Disponível em: <http://ecoinovar.com.br/cd2013/arquivos/artigos/ECO215.pdf> Acesso em: 18.10.2016

LEGISLAÇÃO

Recomendação nº 12/2011 – CONAMA. Recomendação à adoção de práticas sustentáveis no âmbito da Administração Pública. Disponível em: <http://www.mma.gov.br/port/conama/legiabre.cfm?codlegi=651> Acesso em: 19.10.2016

Resolução nº 275/2001 – CONAMA. Estabelece código de cores para diferentes tipos de resíduos. Disponível em: <http://www.mma.gov.br/>

port/conama/legiabre.cfm?codlegi=273Acesso em 10.11.2016

Resolução nº 307/2002 – CONAMA. Dispõe sobre critérios e procedimentos para gestão dos resíduos da construção civil. Disponível em: <http://www.mma.gov.br/port/conama/legiabre.cfm?codlegi=307> Acesso em: 10.11.2016

Instrução Normativa do MPOG nº 10/2012. Disponível em: <http://www.ambiente.sp.gov.br/wp-content/uploads/2015/02/IN-MPOG-10-12-11-2012.pdf> Acesso em: 19.10.2016

Lei nº 8.666/1993; Lei nº 12.349/2010 Artigo 3º - **Licitações e Contratos na Administração Pública. Desenvolvimento Nacional Sustentável.** Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L8666cons.htm Acesso em: 08.11.2016

Lei nº 12.349/2010 – **Desenvolvimento Sustentável nas Licitações Públicas. 2010.** Disponível em: <https://jus.com.br/artigos/20620/a-lei-n-12-349-2010-e-a-promocao-do-desenvolvimento-sustentavel-nas-licitacoes-publicas#> Acesso em: 18.10.2016

Lei nº 6.938/1981 – **Política Nacional do Meio Ambiente.** Disponível em: www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L6938.htm Acesso em: 07.10.2016

Lei nº 9.433/1997 – **Política Nacional de Recursos Hídricos.** Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9433.htm Acesso em 10.10.2016

Lei nº 9.795/1999 – **Política Nacional de Educação Ambiental.** Disponível em: www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9795.htm Acesso em: 07.10.2016

Lei nº 12.305/2010 – **Política Nacional de Resíduos Sólidos.** Disponível em: www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/lei/l12305.htm Acesso em: 07.10.2016

Lei nº 11.445/2007 – **Política Nacional de Saneamento Básico.** Disponível em: www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/lei/l11445.htm Acesso em: 07.10.2016

ANEXOS

PLANILHA-MODELO: DIAGNÓSTICO SOCIOAMBIENTAL DA ESCOLA

Escola: _____

Data: ___/___/_____

Eixo temático: Uso racional dos recursos naturais e bens públicos

Questões relacionadas ao tema	Evidências observadas	Indicadores
A escola verifica mensalmente o consumo de água?	<input type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não	Consumo (m3) de água (Valor na conta)
A escola verifica mensalmente o consumo de energia?	<input type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não	Consumo (Kwh) de energia (Valor na conta)
A escola verifica mensalmente o consumo de papel?	<input type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não	Consumo (resmas) de papel
A escola verifica mensalmente o consumo de copos descartáveis?	<input type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não	Consumo (unidades) de copos descartáveis
A escola adota alguma prática para reduzir o consumo de água?	<input type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não Relatar Práticas:	1. 2. 3.
A escola adota alguma prática para reduzir o consumo de energia?	<input type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não Relatar Práticas:	1. 2. 3.

<p>A escola adota alguma prática para reduzir o consumo de papel?</p>	<p><input type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não</p> <p>Relatar Práticas:</p>	<p>1. 2. 3.</p>
<p>A escola adota alguma prática para reduzir o consumo de copos descartáveis?</p>	<p><input type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não</p> <p>Relatar Práticas:</p>	<p>1. 2. 3.</p>

Eixo temático: Gestão adequada dos resíduos sólidos gerados

<p>Questões relacionadas ao tema</p>	<p>Evidências observadas</p>	<p>Indicadores</p>
<p>A escola separa os resíduos sólidos recicláveis?</p>	<p><input type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não</p>	<p>Quantidade (Kg) de papel</p>
	<p><input type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não</p>	<p>Quantidade (Kg) de papelão</p>
	<p><input type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não</p>	<p>Quantidade (Kg) de plástico</p>
	<p><input type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não</p>	<p>Quantidade (Kg) de metal</p>
	<p><input type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não</p>	<p>Quantidade (Kg) de vidro</p>
<p>A escola separa resíduos perigosos?</p>	<p><input type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não</p>	<p>Quantidade (unidade) de lâmpadas fluorescentes, cartuchos, toners...</p>

<p>A escola descarta bens inservíveis como: eletroeletrônicos, fogão, geladeira, freezer, carteiras escolares, cadeiras, mesas, escrivaninhas, panelas, lousas e outros?</p>	<p><input type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não</p>	<p>Quais os produtos e que quantidade?</p>
<p>A escola realiza a compostagem de resíduos orgânicos?</p>	<p><input type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não</p>	<p>Qual a quantidade produzida? O que é feito com o composto?</p>
<p>A escola adota práticas para redução do material de expediente (lápiz, caneta, papel, pincel atômico, cartucho de impressora, outros)?</p>	<p><input type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não</p>	<p>Quais são as práticas? 1. 2. 3.</p>

Eixo temático: Sensibilização e capacitação dos servidores

Questões relacionadas ao tema	Evidências observadas	Indicadores
<p>A escola promove capacitação de alunos, professores, funcionários e pais dos alunos, sobre questões ambientais?</p>	<p><input type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não</p>	<p>Indicar o tipo de atividade e seu conteúdo: 1. 2. 3.</p>

Eixo temático: Qualidade de vida no ambiente de trabalho e estudo

Questões relacionadas ao tema	Evidências observadas	Indicadores
<p>A escola realiza projetos de educação ambiental?</p>	<p><input type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não</p>	<p>Especificar os temas dos projetos: 1. 2. 3.</p>

<p>A escola promove eventos com a comunidade do entorno sobre sustentabilidade socioambiental?</p>	<p><input type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não</p>	<p>Especificar os tipos e temas do evento:</p> <p>1. 2. 3.</p>
<p>A escola tem bicicletário?</p>	<p><input type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não</p>	<p>Sua capacidade é suficiente?</p>
<p>Os equipamentos de esporte e lazer são preservados e utilizados?</p>	<p><input type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não</p>	<p>Quantos equipamentos?</p>
		<p>Quais são os equipamentos?</p>
<p>A escola tem rampas de acesso ou elevador para deficientes?</p>	<p><input type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não</p>	<p>Indicar quantos e os tipos:</p>
<p>A escola tem equipamentos adequados à portadores de necessidades especiais?</p>	<p><input type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não</p>	<p>Indicar quantos e os tipos:</p>
<p>A escola possui equipamentos de proteção nas escadas?</p>	<p><input type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não</p>	<p>Indicar quantos e os tipos:</p>
<p>A escola possui uma horta?</p>	<p><input type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não</p>	<p>Quem é o responsável pela horta? Alunos, professores, servidores...?</p>
<p>A horta é utilizada nas refeições?</p>	<p><input type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não</p>	<p>Especificar os tipos de hortaliças ou legumes produzidos na horta:</p>
<p>A escola compra alimentos orgânicos?</p>	<p><input type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não</p>	<p>Especificar os tipos de hortaliças ou legumes comprados:</p>
<p>A escola compra alimentos da agricultura familiar?</p>	<p><input type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não</p>	<p>Indicar quantos produtores da agricultura familiar e os tipos de alimentos comprados:</p>

A escola tem pomar?	() Sim () Não	Especificar os tipos de frutas:
A escola tem criação de animais (bovinos, caprinos, suínos, aves e outros)?	() Sim () Não	Especificar os animais:

Eixo temático: Construções, reformas e ampliações sustentáveis

Questões relacionadas ao tema	Evidências observadas	Indicadores
A escola faz uso de fonte alternativa de energia renovável?	() Sim () Não	Indicar qual a fonte e a quantidade de energia gerada (Kw)
A escola possui aquecedor solar?	() Sim () Não	Indicar os usos dados a essa água aquecida.
A escola tem estrutura para captação e uso de água da chuva? Essa estrutura está em uso?	() Sim () Não	Indicar volumes disponibilizados Indicar necessidades estruturais para o seu uso.
A escola está ligada à rede pública de saneamento?	() Sim () Não	Descrever:
As salas de aula têm janelas para ventilar? As salas de aula usam de forma eficiente a iluminação natural? As salas de aula têm janelas mas não usam, por serem climatizadas?	() Sim () Não () Sim () Não () Sim () Não	Quantas por ambiente ou sala? Descrever: Indicar quantos aparelhos de ar-condicionado são utilizados por sala de aula? Qual a situação ideal?
As salas de aula possuem algum tipo de parede de proteção contra ruídos externos?	() Sim () Não	Descrever a eficiência dessas paredes:

O mobiliário da escola é de madeira certificada?	<input type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não	Explicar quais certificados são utilizados:
A escola faz uso de material ou equipamento reciclado ou reutilizado?	<input type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não	Descrever esses materiais e equipamentos, incluindo os artísticos:
A escola possui jardim?	<input type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não	Identificar dimensão e plantas presentes Quantas árvores? Que espécies?
Existe praça ou parque próximo da escola?	<input type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não	Quantos? Como a escola utiliza?

Eixo temático: Contratações Públicas Sustentáveis

Questões relacionadas ao tema	Evidências observadas	Indicadores
A escola realiza licitações para compra de produtos ou contratação de obras e serviços sustentáveis?	<input type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não	Quantos editais Quais produtos Quais serviços Quais as obras Quais os valores envolvidos? Quais os critérios de sustentabilidade utilizados?



OBJETIVOS DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL²

Objetivo 1. Acabar com a pobreza em todas as suas formas, em todos os lugares

Objetivo 2. Acabar com a fome, alcançar a segurança alimentar e melhoria da nutrição e promover a agricultura sustentável

Objetivo 3. Assegurar uma vida saudável e promover o bem-estar para todos, em todas as idades

Objetivo 4. Assegurar a educação inclusiva e equitativa de qualidade, e promover oportunidades de aprendizagem ao longo da vida para todos.

Objetivo 5. Alcançar a igualdade de gênero e empoderar todas as mulheres e meninas.

Objetivo 6. Assegurar a disponibilidade e gestão sustentável da água e o saneamento para todos.

Objetivo 7. Assegurar a todos o acesso confiável, sustentável, moderno e a preço acessível à energia.

Objetivo 8. Promover o crescimento econômico sustentado, inclusivo e sustentável, emprego pleno e produtivo e trabalho decente para todos

Objetivo 9. Construir infraestruturas resilientes, promover a industrialização inclusiva e sustentável e fomentar a inovação.

Objetivo 10. Reduzir a desigualdade dentro dos países e entre eles

Objetivo 11. Tornar as cidades e os assentamentos humanos inclusivos, seguros, resilientes e sustentáveis.

Objetivo 12. Assegurar padrões de produção e de consumo sustentáveis

Objetivo 13. Tomar medidas urgentes para combater a mudança do clima e os seus impactos (*)

Objetivo 14. Conservar e usar sustentavelmente os oceanos, os mares e os recursos marinhos para o desenvolvimento sustentável

Objetivo 15. Proteger, recuperar e promover o uso sustentável dos ecossistemas terrestres, gerir de forma sustentável as florestas, combater a desertificação, deter e reverter a degradação da terra e deter a perda de biodiversidade

Objetivo 16. Promover sociedades pacíficas e inclusivas para o desenvolvimento sustentável, proporcionar o acesso à justiça para todos e construir instituições eficazes, responsáveis e inclusivas em todos os níveis

Objetivo 17. Fortalecer os meios de implementação e revitalizar a parceria global para o desenvolvimento sustentável.

² Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS) é uma agenda mundial adotada durante a Cúpula das Nações Unidas sobre o Desenvolvimento Sustentável de setembro de 2015.



“Gestão Socioambiental é um sistema elaborado para a administração pública ou privada, com ênfase na sustentabilidade. Visa o uso de métodos e práticas de gestão que minimize o máximo de impacto ambiental das atividades econômicas nos recursos naturais, proporcionando uma melhor qualidade de vida socioambiental”



A3P

AGENDA AMBIENTAL NA
ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

Ministério do Meio Ambiente – MMA

Secretaria de Articulação Institucional e Cidadania Ambiental – SAIC
Departamento de Desenvolvimento, Produção e Consumo Sustentáveis - DDPCS

Programa Agenda Ambiental na Administração Pública – A3P

Esplanada dos Ministérios – Bloco “B” – 9º andar

Cep 70068-900 – Brasília/DF

Telefone: (61) 2028-1500

www.mma.gov.br/a3p

e-mail: a3p@mma.gov.br

**MINISTÉRIO DO
MEIO AMBIENTE**

